

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 259/2023-PGJ, DE 23.1.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Janaina Ferreira Domingos, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer em substituição a Função de Confiança FC3, símbolo MPFC-303, no período de 9 a 18.1.2023, em razão de afastamento da servidora Dayenne Gargantini Martins Diniz Paduan.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 260/2023-PGJ, DE 23.1.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Roberson Rosalin de Freitas, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Amambai, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 9 a 18.1.2023, em razão de afastamento da servidora Claudete Ferreira Rodrigues de Sá, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 261/2023-PGJ, DE 23.1.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Thyago Gonçalves Vieira, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo da ESMP, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Estudos e Pesquisa da ESMP nos períodos de 12 a 16.12.2022 e de 9 a 11.1.2023, em razão de afastamento da titular, Karla Karoline Assumpção Cavalcante Nery.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 262/2023-PGJ, DE 23.1.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Daniel Célio Fernandes Costa Matos, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 23.1 a 1º.2.2023, em razão de afastamento do servidor Paulo Henrique Sanches, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 263/2023-PGJ, DE 23.1.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Priscilla Nóbrega Coelho, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designada para prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 9 a 27.1.2023, em razão de afastamento da servidora Keila Fabrícia Gongora Rodrigues, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 264/2023-PGJ, DE 23.1.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Thiago Simioli Holsback, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Bonito, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 9 a 18.1.2023, em razão de afastamento do servidor Diogo Felliphe da Silva Maluf Ferreira, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 266/2023-PGJ, DE 23.1.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Roberson Rosalin de Freitas, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Amambai, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 9 a 18.1.2023, em razão de afastamento da servidora Claudete Ferreira Rodrigues de Sá, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 267/2023-PGJ, DE 23.1.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Maria Rosa Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Naviraí, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 8 a 17.2.2023, em razão de afastamento da servidora Laura Barros Azambuja, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 268/2023-PGJ, DE 23.1.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Ana Carolina da Costa Lima Vasques, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Apoio Técnico, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Publicações no período de 16 a 25.1.2023, em razão de afastamento da titular, Ana Paula Leite da Silva.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 298/2023-PGJ, DE 23.1.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Patricia Alves Coutinho Lacerda, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 22ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 17ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 9 a 13.1.2023, em razão de afastamento do servidor Guaraci Mendes da Silva, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 299/2023-PGJ, DE 23.1.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Leonardo de Almeida Campos, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, lotado nas Promotorias de Justiça de Ponta Porã e designado para, com prejuízo de suas funções, prestar serviços na 13ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 10ª Promotoria de Justiça de Campo Grande no período de 9 a 18.1.2023, em razão de afastamento do servidor Guilherme Ken It de Campos Kikuchi, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 300/2023-PGJ, DE 23.1.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Karla Christine Nogueira Farias, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Supervisão das Promotorias de Justiça Especializadas da referida Comarca no período de 8 a 17.2.2023, em razão de afastamento do servidor Fabricio Caciano Messias Ferreira, Auxiliar.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 301/2023-PGJ, DE 23.1.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor João Paulo Duarte, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 1ª Promotoria de Justiça de Mundo Novo, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Eldorado no período de 9 a 13.1.2023, em razão de afastamento do servidor Kelvin Alexandre Garcia, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 302/2023-PGJ, DE 23.1.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Luís Henrique Zaidan Blecha, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo do Corpo Técnico do Meio Ambiente no período de 23.1 a 1º.2.2023, em razão de afastamento do titular, Farley Leles Froes Medeiros.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 303/2023-PGJ, DE 23.1.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Lenice Mie Joboji, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 21ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 15ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 9 a 18.1.2023, em razão de afastamento do servidor Guilherme Ken It de Campos Kikuchi, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-61/2023-PGJ, DE 20.1.2023

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Julio Cesar Goncalves Vieira, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 12 a 21.7.2023 e de 16 a 25.10.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 13 a 22.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-62/2023/PGJ, DE 20.1.2023**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Dayenne Gargantini Martins Diniz Paduan, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 27.3 a 5.4.2023 e de 12 a 21.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 27.2 a 8.3.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº e-72/2023/PGJ, DE 24.1.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Rosilaine Bertulino dos Santos, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 12 a 21.7.2023 e de 13 a 22.10.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 013/PGJ/2023

Processo: 09.2023.00000008-6

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **ROGERIO MICHELS DAS CHAGAS**, representada por **Rogério Michels das Chagas**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE000049, de 10.01.2023.

Vigência: 19.01.2023 a 31.12.2023.

Data de assinatura: 19 de janeiro de 2023.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 015/PGJ/2023**

Processo: 09.2023.00000012-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **ESMERALDO GOMES ACOSTA**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Miranda/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 700,00 (setecentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE000051, de 10.01.2023.

Vigência: 24.01.2023 a 31.12.2023.

Data de assinatura: 24 de janeiro de 2023.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 018/PGJ/2023

Processo: 09.2023.00000021-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **OTON ARÃO DA SILVA**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE000059, de 10.01.2023.

Vigência: 24.01.2023 a 31.12.2023.

Data de assinatura: 24 de janeiro de 2023.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 026/PGJ/2023

Processo: 09.2023.00000011-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **Esmeraldo Gomes Acosta**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Miranda/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 300,00 (trezentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE000068, de 11.01.2023.

Vigência: 24.01.2023 a 31.12.2023.

Data de assinatura: 24 de janeiro de 2023.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 032/PGJ/2023

Processo: 09.2023.00000042-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **RODOLFO MEURER**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 800,00 (oitocentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE000088, de 11.01.2023.

Vigência: 20.01.2023 a 31.12.2023.

Data de assinatura: 20 de janeiro de 2023.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 046/PGJ/2023**

Processo: 09.2023.00000071-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **TERRA PAISAGISMO E FLORICULTURA LTDA**, representada por **Carlos Henrique da Silva Valini**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Bonito/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE000123, de 12.01.2023.

Vigência: 24.01.2023 a 31.12.2023.

Data de assinatura: 24 de janeiro de 2023.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 047/PGJ/2023

Processo: 09.2023.00000073-1

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **TERRA PAISAGISMO E FLORICULTURA LTDA**, representada por **Carlos Henrique da Silva Valini**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Bonito/MS;

Valor estimado mensal: R\$ 313,00 (trezentos e treze reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE000124, de 12.01.2023.

Vigência: 24.01.2023 a 31.12.2023.

Data de assinatura: 24 de janeiro de 2023.

EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2022.00004500-3

Notificada: Julean Decorações Ltda

JULEAN DECORAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 10.525.127/0001-88, sediada na Avenida Olavo Bilac, nº 150, loja 02, Bairro Cerâmica, CEP nº 36.080-350, na cidade de Juiz de Fora/MG, representada neste ato por Ângela Euzébio Fernandes, portadora da Carteira Nacional de Habilitação nº 057xxxxxx30 DETRAN/MG e do CPF nº 033.xxx.xxx-94, fica notificada da aplicação da sanção de multa por inexecução total do objeto no importe de 30% (trinta por cento) sobre o valor global do contrato (item 9.1.4., da cláusula nona, do Contrato nº 81/PGJ/2022 c/c artigo 87, inciso II, da Lei nº 8.666/93) e da rescisão unilateral contratual (item 10.2., da cláusula décima, do contrato, c/c artigos 78, inciso I, e 79, inciso I, ambos da Lei nº 8.666/93). A empresa poderá recorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis (artigo 109, inciso I, alíneas “e” e “f”, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 8.666/93). A empresa deverá adimplir o valor total da multa de R\$ 4.642,80 (quatro mil seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos) no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial, na seguinte conta bancária: (001) Banco do Brasil; Agência 2576-3; Conta Corrente 50.120-4; CNPJ 03.464.870/0001-00 – Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público; preenchendo-se o campo nº 2 de identificação com o CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa. Não havendo recurso ou pagamento voluntário da multa será providenciada a inscrição da penalidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), com respaldo na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-8913, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.



EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2022.00004903-2

Notificada: Julean Decorações Ltda

JULEAN DECORAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 10.525.127/0001-88, sediada na Avenida Olavo Bilac, nº 150, loja 02, Bairro Cerâmica, CEP nº 36.080-350, na cidade de Juiz de Fora/MG, representada neste ato por Ângela Euzébio Fernandes, portadora da Carteira Nacional de Habilitação nº 057xxxxxx30 DETRAN/MG e do CPF nº 033.xxx.xxx-94, fica notificada da aplicação da sanção de multa por inexecução total do objeto no importe de 30% (trinta por cento) sobre o valor global do contrato (item 9.1.4., da cláusula nona, do Contrato nº 88/PGJ/2022) e da rescisão unilateral contratual (item 10.2., da cláusula décima, do contrato, c/c artigos 78, inciso I, e 79, inciso I, ambos da Lei nº 8.666/93). A empresa poderá recorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis (artigo 109, inciso I, alíneas “e” e “f”, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 8.666/93). A empresa deverá adimplir o valor total da multa de R\$ 7.713,09 (sete mil setecentos e treze reais e nove centavos) no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial, na seguinte conta bancária: (001) Banco do Brasil; Agência 2576-3; Conta Corrente 50.120-4; CNPJ 03.464.870/0001-00 – Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público; preenchendo-se o campo nº 2 de identificação com o CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa. Não havendo recurso ou pagamento voluntário da multa será providenciada a inscrição da penalidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), com respaldo na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-8913, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.713 DE 25 DE JULHO DE 2022, PÁGINAS 38 E 39 E NO DOMP-MS Nº 2.774 DE 26 DE OUTUBRO DE 2022, PÁGINA 31.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo nº 09.2021.00005742-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **SOUZA ALVES & CIA LTDA**, representada por **Evanildo Albuquerque da Rosa**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 07/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de expediente para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Organizador vertical, em acrílico transparente, com três divisões (espaços para colocar folha em pé), para papel A4. Marcas de referência Walleu, Dello e Acrimet. Marca: Acrimet	Unidade	100	45,01
5	Pasta catálogo para documentos, em formato A4, com etiqueta de identificação na capa, com no mínimo 50 envelopes plásticos transparentes na parte interna. Marca: Dac	Unidade	50	14,50
8	Pasta para dedo (Molha dedo), em creme, contendo ácido graxo, glicóis e essência, embalagem pesando aproximadamente 12g, não tóxico. Marcas de referência: Central, Acrimet, Radex e Cis. Marca: Radex	Unidade	200	1,75



9	Pasta suspensa em material plástico, cor transparente, com visor, etiqueta, grampo plástico e haste plástica, medindo aproximadamente 37cm x 24cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos). Marca de referência: Polycart, Polibrás Dello, e ACP. Marca: Polibrás	Unidade	1000	3,15
---	---	---------	------	------

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 18 de julho 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.713 DE 25 DE JULHO DE 2022, PÁGINA 39 E NO DOMP-MS Nº 2.774 DE 26 DE OUTUBRO DE 2022, PÁGINAS 31 E 32.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo nº 09.2021.00005742-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **MBEM COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES LTDA**, representada por **Márcia Lima Bem**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 07/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de expediente para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
3	Papel sulfite, para plotter, rolo medindo 610mm x 50m, gramatura 75g/m². Marca: VR	Unidade	10	59,50

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 18 de julho 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.713 DE 25 DE JULHO DE 2022, PÁGINA 37 E NO DOMP-MS Nº 2.774 DE 26 DE OUTUBRO DE 2022, PÁGINA 32.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo nº 09.2021.00005742-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **RIQUEL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE MANUFATURADOS LTDA**, representada por **Aerton Luiz Cipriano Guimarães**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 07/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de expediente para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:



ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
10	Perfurador para papel, de ferro, com pintura esmaltada na cor preta, com porta resíduos na base, em material plástico ou emborrachado, medindo aproximadamente 15cm de largura x 10cm de largura x 6cm de altura (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), com capacidade para perfurar de uma só vez até 40 folhas de papel sulfite com 75g/m², com 1 ano de garantia contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Grampline, Central, Maped e Tilibra. Marca: MAPED	Unidade	250	74,90

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 18 de julho 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.713 DE 25 DE JULHO DE 2022, PÁGINAS 37 E 38 E NO DOMP-MS Nº 2.774 DE 26 DE OUTUBRO DE 2022, PÁGINAS 32 E 33.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo nº 09.2021.00005742-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **SPORTS EMPÓRIO, PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA**, representada por **Suleiman Antar Suleiman Mohammed**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 07/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de expediente para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
11	Pincel atômico, corpo em material plástico, tampa na cor da tinta, secagem rápida, medindo aproximadamente 11cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), ponta arredondada, cor azul, composto de álcool e corantes, podendo ser reabastecido. Marcas de referência: Pilot, Faber Castell, Maxprint e Compactor. Marca: Maxprint	Unidade	150	2,98
12	Pincel atômico, corpo em material plástico, tampa na cor da tinta, secagem rápida, medindo aproximadamente 11cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), ponta arredondada, cor preta, composto de álcool e corantes, podendo ser reabastecido. Marcas de referência: Pilot, Faber Castell, Maxprint e Compactor. Marca: Maxprint	Unidade	150	2,98
14	Plástico bolha, bobina medindo 1,30 metros de largura x 100m de comprimento. Marca: Safra	Unidade	50	99,80
16	Porta lápis, canetas, cliques e lembretes confeccionados em material acrílico, cor cristal ou fumê. Marcas de referência: Waleu, Acrilex e Acrinil. Marca: Waleu	Unidade	200	10,94

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 19 de julho 2022.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.713 DE 25 DE JULHO DE 2022, PÁGINA 38 E NO DOMP-MS Nº 2.774 DE 26 DE OUTUBRO DE 2022, PÁGINA 33.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo nº 09.2021.00005742-8

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2- **NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI**, representada por **Alessandra de Angelo Mendonça**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 07/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de expediente para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
17	Recados autoadesivos, removíveis, medindo 76mm x 102mm, embalagem contendo 1 bloco, com 100 folhas, cor amarela. Marcas de referência: 3M, Polibras e Adelbrás. Marca: Adelbrás	Unidade	2500	5,70
18	Recados autoadesivos, removíveis, medindo, 38mm x 51mm cada, embalagem contendo 4 blocos, 100 folhas por bloco, cor amarela ou pacote com cores variadas. Marcas de referência: 3M, Polibras e Adelbrás. Marca: Adelbrás	Unidade	2500	6,48

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 18 de julho 2022.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

EDITAL Nº 3/2023.

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº: 09.2023.00000820-1.

Compromitente: Ministério Público Estadual.

Compromissária: ABIVIDRO - Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro .

Objeto: Fiscalizar o cumprimento das obrigações contempladas no primeiro aditivo ao Termo de Cooperação Ambiental celebrado com a Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro - ABIVIDRO.

Campo Grande, 24 de Janeiro de 2.023.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

**EDITAL N. 0001/2023/32PJ/CGR**

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

INQUÉRITO CIVIL 06.2023.00000007-5

REQUERENTE: 32.^a Promotoria de Justiça da Saúde Pública de Campo Grande.

REQUERIDO: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS.

ASSUNTO: *Apurar se a Unidade de Saúde da Família Jardim Azaleia, em Campo Grande/MS, possui estrutura física e tecnológica, recursos humanos, materiais e insumos para atender às necessidades de saúde da população*

Campo Grande, MS, 17 de janeiro de 2023.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça em Substituição Legal

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

EDITAL Nº 0001/2023/01PJ/AMB

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Amambai - MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições n. 09.2023.00000734-6, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4.601, centro, nesta Cidade e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual no endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições n. 09.2023.00000734-6.

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Penitenciária de Amambai - PAM, Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e Assistência ao Albergado de Amambai

Assunto: Acompanhar e fiscalizar os estabelecimentos prisionais da Comarca de Amambai, registrando as atividades de inspeção e/ou visitas relativas ao ano de 2023.

Amambai/MS, 23 de janeiro de 2023.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES

Promotora de Justiça

BONITO

EDITAL N. 0086/2022/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2022.00006790-8

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Fiscalizado: André Menezes Vieira

Assunto: Fiscalizar e acompanhar as obrigações pactuadas entre André Menezes Vieira e o MPMS em Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o intuito de reparar danos ambientais na Fazenda Santuário (CARMS0037358).

Bonito – MS, 18 de novembro de 2022.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0087/2022/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2022.00006702-0

Requerente: Nome da Parte Ativa Selecionada << Nenhuma informação disponível >>

Fiscalizado: Romualdo Greffe

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações pactuadas entre Romualdo Greffe e o MPMS em Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do Inquérito Civil n. 06.2021.00000682-8, relativos a danos ambientais ocorridos do Rancho do Preto, parte da Fazenda Boa Sorte.

Bonito – MS, 18 de novembro de 2022.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

MIRANDA

EDITAL N° 002/2023

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00000011-0 abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000011-0

Representante: Polícia Militar Ambiental

Investigado: Carvão Mariana Ltda

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades ambientais na Carvoaria "Carvão Mariana Ltda", situado no município de Miranda, consistente no descumprimento da licença de instalação e operação de carvoaria nº 1/2022.

Miranda/MS, 23 de janeiro de 2023.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

RIO NEGRO

EDITAL N.º 01/2023/PJ/RNG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento referente ao Termo de Ajustamento de Conduta - TAC assinado no Inquérito Civil n.º 06.2021.00000789-3 que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Rio Negro/MS.

Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo: 09.2023.00000568-1

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Antonio Martinez Garcia.

Assunto: Acompanhar o cumprimento referente ao Termo de Ajustamento de Conduta - TAC assinado no Inquérito Civil n.º 06.2021.00000789-3 e adotar as providências necessárias para saná-la.

Rio Negro, 23 de janeiro de 2023

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça

**SONORA****N. DO MP: 06.2022.00000336-8****EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta TAC no Inquérito Civil nº 06.2022.00000336-8, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua 03 de Junho, nº 90, Centro, neste Município, e cujos autos também podem ser acessados via Internet, no endereço <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000336-8

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Compromissário: Dorvalino Zauchin.

Objeto: Apurar desmatamento de 4,06 hectares em Reserva legal, na Fazenda Paulista, em Sonora, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 147/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Conteúdo do TAC: “O COMPROMISSÁRIO independentemente do cumprimento das exigências do órgão ambiental, adotará as seguintes providências: a) apresentará um PRADA Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas ou outro documento equivalente ao órgão ambiental competente, no prazo de 6 (seis) meses, sendo que, caso haja arquivamento ou não aprovação do mesmo por qualquer motivo, deverá reiniciá-lo em 30 dias, sob pena da multa prevista neste TAC. O PRADA deverá apresentar as atividades necessárias para recuperação das áreas do Auto de Infração n. 6410 (fl. 19), que contenham erosões ou degradação de solo. No documento deverá ser apresentado cronograma para sua execução, que deverá ser iniciado no prazo de 60 (sessenta) dias e encerrado no prazo máximo de 2 (dois) anos, sendo que o mesmo passará a fazer parte do TAC e seu descumprimento implicará nas sanções previstas neste instrumento; b) promoverá, no prazo máximo de 8 (oito) meses, a contar da assinatura deste TAC o isolamento da área objeto do Auto de Infração n. 6410 (fl. 19), mediante instalação de cerca, objetivando garantir sua regeneração natural, bem como prevenindo que a regeneração mediante plantio ou reflorestamento, entre outras, não seja prejudicada pela ação antrópica ou de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc). Caso não haja desenvolvimento de pecuária na área, bastará o isolamento mediante implantação de estacas delimitando a área onde não poderá haver atividade produtiva, deixando-a em descanso para regeneração natural; No caso desta cláusula, a presença de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc.) ou desenvolvimento de atividades agrícolas, no interior do perímetro da área objeto do Auto de Infração n. 6410 (fl. 19), após o prazo para cercamento configurará descumprimento deste Termo de Ajustamento de Conduta, sancionando-se com a multa prevista neste instrumento. O COMPROMISSÁRIO compromete-se a não roçar as áreas previstas nesta cláusula (salvo nos casos de roçadas localizadas para desenvolvimento de plantio de mudas visando a recuperação), bem como não efetuar plantio de espécies agrícolas. O COMPROMISSÁRIO se compromete a: I) não receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento; II) não vender, expor à venda, ter em depósito, transporta ou guarda madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente. O COMPROMISSÁRIO se compromete a não efetuar nem permitir o corte ou derrubada de árvores vitalizadas da espécie aroeira, também protegida por legislação federal (Portaria 83N-91IBAMA), sem que haja uma prévia e expressa autorização do órgão ambiental, mediante licenciamento ambiental pleno (onde haverá a justificação da retirada, a análise dos motivos de natureza pública para tal e o estudo da compensação ambiental devida), bem como das árvores da espécie aroeira do sertão, baraúna ou quebracho e gonçalo alves, não se podendo valer da simples comunicação de cortes de árvores isoladas, atividade esta que não abrange corte de árvores protegidas por lei, conforme já reconhecido na Resolução SEMAC n. 003/2014. Compromete-se também a não efetuar nem permitir a retirada de vegetação nativa que gere material lenhoso ou necessite de qualquer tipo de auxílio de máquinas, sem que tenha a prévia licença ambiental, não podendo utilizar-se da declaração de limpeza de pastagem para tanto. A título de indenização ambiental o compromissário compromete-se a doar a soma de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), em 6 (seis) parcelas iguais e subsequentes de R\$ 1.000,00 (mil reais), a primeira com vencimento até o dia 10 do mês subsequente à assinatura do presente termo, a ser destinada ao Conselho da Comunidade de Sonora (Caixa Econômica Federal, Agência 4611-0, Conta nº 244-2, Operação 003, CNPJ 08.749.030/0001-07), a ser utilizada em atividades tendentes ao combate a crimes contra o meio ambiente.

Data de celebração do TAC: 19 de janeiro de 2023.

Sonora/MS, 23 de janeiro de 2023

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA
Promotor de Justiça Substituto